



# RELATÓRIO E CONTAS

## ANO: 2017



**Santa Casa da Misericórdia de Sardoal**

## **RELATÓRIO DE ACTIVIDADES**

### **ANO DE 2017**

No cumprimento dos imperativos legais e do Compromisso, submetemos à aprovação dos Irmãos o Relatório de Atividades e as Contas referentes ao exercício de 2017.

Das atividades descritas no Plano de Atividades, damos conta das que foram realizadas e das que se encontram em realização que são as seguintes:

1 – Reconstrução do edifício da Rua 5 de Outubro, objecto de atrasos por motivos já amplamente divulgados na Assembleia Geral, contamos que o mesmo irá ficar concluído no decurso do segundo trimestre do corrente ano, dado que houve necessidade de alterações ao projeto aprovado, no qual permitirá o seu uso imediato, em conjunto com a Unidade Lúcio Serras Pereira e na qualidade de Valência de ERPI, dado que a procura por tais espaços é bem manifesta nas pessoas que nos contactam. Aguarda-se a aprovação final pelo ISS das alterações solicitadas por esta entidade;

2 – O edifício de Rua de Santa Catarina, após algumas vicissitudes que atrasaram o seu acabamento ficou concluído com a Licença de Utilização, sendo deliberado o seu arrendamento pela quantia de € 450,00;

3 – A requalificação do primeiro andar dos claustros, está em fase de análise pela Segurança Social o projeto, e após aprovado, ser submetido a concurso de modo a ser subsidiada a sua reconstrução.

Das celebrações teve relevo especial a procissão do Senhor da Misericórdia ou Visitação, conhecida por “Fogaréus”, a festa do Senhor dos Remédios, da Visitação de Nossa Senhora e a de Santa Maria da Caridade bem como o Dia da Irmandade no dia 25 de Junho, por coincidir com o Domingo mais próximo da data



Santa Casa da Misericórdia de Sardoal  
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte: 501157549  
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2017	31 DEZ 2016
<b>ACTIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis		2 093 496,89	2 155 180,03
Bens do património histórico e artístico e cultural		847 930,00	847 930,00
Propriedades de investimento		255 306,01	312 264,83
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		18 000,16	15 289,23
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		<b>3 214 733,06</b>	<b>3 330 664,09</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários		25 738,22	20 294,91
Créditos a receber		138 252,23	104 357,32
Estado e outros entes públicos		8 511,11	15 722,55
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos		15 912,22	14 781,06
Outras ativos correntes		24 533,87	7 203,41
Outros ativos financeiros		2 493,99	2 493,99
Caixa e depósitos bancários		607 827,03	30 334,22
		<b>823 268,67</b>	<b>195 187,46</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>4 038 001,73</b>	<b>3 525 851,55</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos		225 937,34	225 937,34
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		32 959,68	32 959,68
Resultados transitados		-428 713,10	-484 702,13
Excedentes de revalorização		847 930,00	847 930,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		1 926 209,76	1 943 287,66
		<b>2 604 323,68</b>	<b>2 565 412,55</b>
Resultado líquido do período		415 852,22	55 989,03
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>3 020 175,90</b>	<b>2 621 401,58</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		63 859,24	62 075,46
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		<b>63 859,24</b>	<b>62 075,46</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		186 245,94	180 761,78
Estado e outros entes públicos		46 197,90	46 432,18
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		250 000,00	250 000,00
Diferimentos		1 370,19	10 943,60
Outros passivos correntes		470 152,56	354 236,95
		<b>953 966,59</b>	<b>842 374,51</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>1 017 825,83</b>	<b>904 449,97</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>4 038 001,73</b>	<b>3 525 851,55</b>

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificado

Santa Casa da Misericórdia de Sardoal  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

Contribuinte: 501157549

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		761.515,44	718.479,49
Subsídios, doações e legados à exploração		580.852,57	562.493,53
Variação nos inventários da produção		2.770,00	2.500,00
Trabalhos para a própria entidade		11.308,05	9.001,71
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		99.079,10	95.934,61
Fornecimentos e serviços externos		308.404,33	298.313,86
Gastos com o pessoal		1.439.989,56	1.336.312,43
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-1.135,96	7.897,40
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	7,48
Outros rendimentos		971.087,26	623.266,69
Outros gastos		8.592,75	49.768,41
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>472.603,54</b>	<b>127.507,23</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		85.586,13	79.237,91
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>387.017,41</b>	<b>48.269,32</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		41.005,39	28.290,79
Juros e gastos similares suportados		12.170,58	20.571,08
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>415.852,22</b>	<b>55.989,03</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>415.852,22</b>	<b>55.989,03</b>

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificado

  
 Fr. Roberto Tavares  




Santa Casa da Misericórdia de Sardoal  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

Contribuinte: 501157549

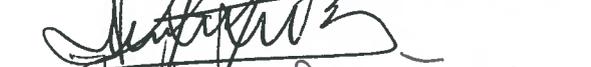
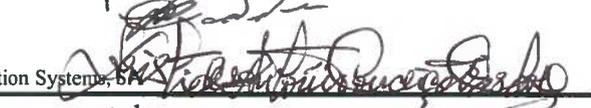
Moeda: EUROS

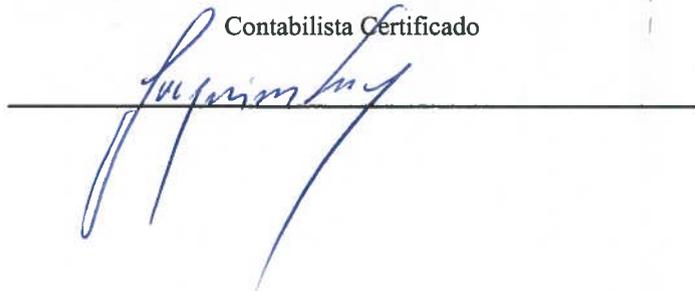
VALÊNCIA: 900101 - Creche

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		27.083,55	23.460,05
Subsídios, doações e legados à exploração		84.394,00	83.881,69
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		452,31	232,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		3.943,67	3.791,75
Fornecimentos e serviços externos		12.788,89	12.919,24
Gastos com o pessoal		130.688,08	109.328,96
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		293,27	1.750,40
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		5,26	0,00
Outros gastos		1.058,33	677,50
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>-36.837,12</b>	<b>-20.894,11</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		8.128,33	7.329,27
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-44.965,45</b>	<b>-28.223,38</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		49,58	38,05
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>-44.915,87</b>	<b>-28.185,33</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-44.915,87</b>	<b>-28.185,33</b>

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificado

  
  
  
 Em cada duas  
  




Santa Casa da Misericórdia de Sardoal  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

Contribuinte: 501157549

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 900201 - ERPI

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		490.531,91	459.118,44
Subsídios, doações e legados à exploração		228.858,45	212.323,38
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		5.427,88	2.783,98
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		47.323,85	45.500,87
Fornecimentos e serviços externos		137.475,50	137.615,49
Gastos com o pessoal		520.476,14	572.514,53
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-517,02	935,12
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		9.625,34	2.117,59
Outros gastos		2.756,09	16.858,21
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>26.929,02</b>	<b>-97.080,83</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		27.866,52	23.214,00
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-937,50</b>	<b>-120.294,83</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		711,96	888,52
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>-225,54</b>	<b>-119.406,31</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-225,54</b>	<b>-119.406,31</b>

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificado

Santa Casa da Misericórdia de Sardoal  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

Contribuinte: 501157549

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 900202 - Centro Dia

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		129.705,33	116.874,61
Subsídios, doações e legados à exploração		66.561,87	62.168,22
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		2.148,53	1.102,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		18.819,28	18.010,75
Fornecimentos e serviços externos		89.289,18	87.308,46
Gastos com o pessoal		391.374,76	358.128,28
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		778,26	468,53
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		6.313,57	180,98
Outros gastos		1.763,08	11.642,18
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>-297.295,26</b>	<b>-295.232,39</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		10.259,99	8.093,55
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-307.555,25</b>	<b>-303.325,94</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		366,71	245,92
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>-307.188,54</b>	<b>-303.080,02</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-307.188,54</b>	<b>-303.080,02</b>

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificado

Santa Casa da Misericórdia de Sardoal  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

Contribuinte: 501157549

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 900203 - Apoio Domiciliário

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		113.545,45	118.377,19
Subsídios, doações e legados à exploração		189.569,94	186.544,91
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		3.279,33	1.681,98
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		28.591,48	27.490,12
Fornecimentos e serviços externos		41.767,99	40.811,85
Gastos com o pessoal		395.337,49	293.179,30
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-814,02	165,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		3.639,65	290,98
Outros gastos		601,69	3.322,69
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>-155.450,26</b>	<b>-58.073,90</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		10.951,83	8.465,77
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-166.402,09</b>	<b>-66.539,67</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		298,54	348,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>-166.103,55</b>	<b>-66.191,67</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-166.103,55</b>	<b>-66.191,67</b>

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificado

Jose Carlos Tavares

Santa Casa da Misericórdia de Sardoal  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

Contribuinte: 501157549

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 900601 - Exploração Agrícola

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		0,00	0,00
Subsídios, doações e legados à exploração		3.650,46	6.065,33
Variação nos inventários da produção		2.770,00	2.500,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	3.201,75
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		400,82	1.141,12
Fornecimentos e serviços externos		4.180,58	5.296,93
Gastos com o pessoal		307,80	3.161,36
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		38,74	368,00
Outros gastos		121,66	326,15
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>1.448,34</b>	<b>2.209,52</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		0,00	0,00
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>1.448,34</b>	<b>2.209,52</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>1.448,34</b>	<b>2.209,52</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>1.448,34</b>	<b>2.209,52</b>

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificado

Santa Casa da Misericórdia de Sardoal  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

Contribuinte: 501157549

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 900602 - Património

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		649,20	649,20
Subsídios, doações e legados à exploração		7.817,85	11.510,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		22.902,19	14.361,89
Gastos com o pessoal		1.805,29	0,00
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-876,45	4.578,35
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	7,48
Outros rendimentos		951.464,70	620.309,14
Outros gastos		2.291,90	16.941,68
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>933.808,82</b>	<b>596.578,94</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		28.379,46	32.135,32
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>905.429,36</b>	<b>564.443,62</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		39.578,60	26.770,30
Juros e gastos similares suportados		12.170,58	20.571,08
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>932.837,38</b>	<b>570.642,84</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>932.837,38</b>	<b>570.642,84</b>

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificado

**Santa Casa da Misericórdia de  
Sardoal**

**Anexo**

**31 de Dezembro de 2017**

## Índice

1	Identificação da Entidade .....	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	4
3	Principais Políticas Contabilísticas .....	4
3.1	Bases de Apresentação .....	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: .....	15
5	Ativos Fixos Tangíveis .....	15
6	Ativos Intangíveis .....	17
7	Locações .....	18
8	Custos de Empréstimos Obtidos .....	18
9	Inventários .....	18
10	Rédito .....	19
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes .....	19
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo .....	19
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio .....	19
14	Imposto sobre o Rendimento .....	19
15	Benefícios dos empregados .....	19
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	20
17	Outras Informações .....	20
17.1	Investimentos Financeiros .....	20
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros .....	20
17.3	Clientes e Utentes .....	20
17.4	Outras contas a receber .....	21
17.5	Diferimentos .....	21
17.6	Outros Ativos Financeiros .....	21
17.7	Caixa e Depósitos Bancários .....	21
17.8	Fundos Patrimoniais .....	22
17.9	Fornecedores .....	22
17.10	Estado e Outros Entes Públicos .....	22
17.11	Outras Contas a Pagar .....	22
17.12	Outros Passivos Financeiros .....	23
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração .....	23
17.14	Fornecimentos e serviços externos .....	23

17.15 Outros rendimentos..... 23

17.16 Outros gastos..... 24

17.17 Resultados Financeiros ..... 24

17.18 Acontecimentos após data de Balanço ..... 24

## **1 Identificação da Entidade**

A “Santa Casa da Misericórdia de Sardoal” é uma I.P.S.S. Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, com sede no Largo do Convento, em Sardoal. Tem como atividade as valências de Lar, Centro de Dia, Apoio Domiciliário e Cresce, desenvolve ainda atividade relacionados com a gestão do seu Património, e Agrícolas.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Santa Casa da Misericórdia de Sardoal opera.

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Base para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

## **3 Principais Políticas Contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

#### **3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os

quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

### **3.1.2 Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

### **3.1.3 Compreensibilidade**

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

### **3.1.4 Relevância**

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

### **3.1.5 Materialidade**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.6 Fiabilidade**

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

### **3.1.7 Representação Fidedigna**

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

### **3.1.8 Substância sobre a forma**

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

### **3.1.9 Neutralidade**

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

### **3.1.10 Prudência**

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

### **3.1.11 Plenitude**

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

### **3.1.12 Comparabilidade**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas

contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

### **3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

#### **3.2.1 Fluxos de Caixa**

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

#### **3.2.2 Ativos Intangíveis**

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	3 a 6
Programas de Computador	3 a 6
Propriedade industrial	
Outros Ativos Intangíveis	3 a 6

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

### 3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha retadas unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:



Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	2 a 15
Equipamento de transporte	2 a 10
Equipamento biológico	2 a 10
Equipamento administrativo	2 a 10
Outros Ativos fixos tangíveis	2 a 10

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

#### **3.2.4 Bens do património histórico e cultural**

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo.

São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

### **3.2.5 Propriedades de Investimento**

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "Aumentos/reduções de justo valor", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

### **3.2.6 Inventários**

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão directamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

### 3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### 3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

### 3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### 3.2.10 Financiamentos Obtidos

#### Empréstimos obtidos

Os "Empréstimos Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Os "Encargos Financeiros" de "Empréstimos Obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo

do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

### Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo.

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

#### **3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) a SCMS está isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e

cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2012 a 2015 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

#### **4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### **5 Ativos Fixos Tangíveis**

##### Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2016, ocorreram os seguintes movimentos nos "Bens do património, histórico, artístico e cultural":

Descrição	2016					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	0,00					0,00
Museus	847.930,00					847.930,00
<b>Total</b>	<b>847.930,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>847.930,00</b>

No período de 2017, ocorreram os seguintes movimentos nos "Bens do património, histórico, artístico e cultural":

Descrição	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	0,00					0,00
Museus	847.930,00					847.930,00
<b>Total</b>	<b>847.930,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>847.930,00</b>

##### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2016					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	89.673,47					89.673,47
Edifícios e outras construções	2.086.818,26			479.234,71		2.566.052,97
Equipamento básico	306.079,51	18.203,37				324.282,88
Equipamento de transporte	84.961,88					84.961,88
Equipamento administrativo	93.455,96			14.232,02		79.223,94
Equipamento biológico	1.040,00					1.040,00
Outros Ativos fixos tangíveis	78.504,72					78.504,72
<b>Total</b>	<b>2.740.533,80</b>	<b>18203,37</b>	<b>0,00</b>	<b>465.002,69</b>	<b>0,00</b>	<b>3.223.739,86</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	772.624,04	51.362,88				823.986,92
Equipamento básico	293.354,17	7.302,41				300.656,58
Equipamento de transporte	83.501,88	730,00				84.231,88
Equipamento administrativo	78.825,48	12.178,45				66.647,03
Equipamento a biológico	1.040,00					1.040,00
Outros Ativos fixos tangíveis	29.010,10	1.485,55				30.495,65
<b>Total</b>	<b>1.258.355,67</b>	<b>73.059,29</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.307.058,06</b>

Descrição	2017					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	89.673,47			31,25		89.642,22
Edifícios e outras construções	2.566.052,97					2.566.052,97
Equipamento básico	324.282,88	17.235,12				341.518,00
Equipamento de transporte	84.961,88	24.435,67		13.748,17		95.649,38
Equipamento administrativo	79.223,94	3.750,00				82.973,94
Equipamento biológico	1.040,00					1.040,00
Outros Ativos fixos tangíveis	78.504,72					78.504,72
<b>Total</b>	<b>3.223.739,86</b>	<b>45.420,79</b>	<b>0,00</b>	<b>13.779,42</b>	<b>0,00</b>	<b>3.255.381,23</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	823.986,92	51.362,88				875.349,80
Equipamento básico	300.656,58	10.765,34				311.421,92
Equipamento de transporte	84.231,88	6.838,92		13.748,17		77.322,63
Equipamento administrativo	66.647,03	2.795,84				69.442,87
Equipamento biológico	1.040,00					1.040,00
Outros Ativos fixos tangíveis	30.495,65	1.485,55				31.981,20
<b>Total</b>	<b>1.307.058,06</b>	<b>73.248,53</b>	<b>0,00</b>	<b>13.748,17</b>	<b>0,00</b>	<b>1.366.558,42</b>

Propriedades de Investimento

No que concerne às "Propriedades de Investimento" os movimentos ocorridos, nos períodos de 2016 e 2017, foram os seguintes:

Descrição	2016					Saldo Final
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Depreciações acumuladas	Depreciações do exercício	
Terrenos e recursos naturais	130.516,69		35.516,16			95.000,53
Edifícios e outras construções	421.393,52			188.035,76	16.093,46	204.129,22
<b>Total</b>	<b>551.910,21</b>	<b>0,00</b>	<b>35.516,16</b>	<b>188.035,76</b>	<b>16.093,46</b>	<b>312.294,83</b>

Descrição	2017					Saldo Final
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Depreciações acumuladas	Depreciações do exercício	
Terrenos e recursos naturais	95.000,53		59.815,20			35.185,33
Edifícios e outras construções	436.587,60		83.657,66	204.129,32	12.337,60	220.120,68
<b>Total</b>	<b>531.588,13</b>	<b>0,00</b>	<b>143.474,86</b>	<b>204.129,32</b>	<b>12.337,60</b>	<b>255.306,01</b>

**6 Ativos Intangíveis**Outros Ativos Intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica ativos intangíveis apresentava a seguinte composição:

Descrição	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	0,00					14.442,06
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>14.442,06</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## 7 Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2017			2016		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Equipamento de transporte	24.435,67	6.058,91	18.376,76			
<b>Total</b>	<b>24.435,67</b>	<b>6.058,91</b>	<b>18.376,76</b>			

## 8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	250.000,00	41.882,77	291.882,77	250.000,00	62.075,46	312.075,46
Locações Financeiras	0,00	21.976,47	21.976,47	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>250.000,00</b>	<b>63.859,24</b>	<b>313.859,24</b>	<b>250.000,00</b>	<b>62.075,46</b>	<b>312.075,46</b>

## 9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2016				2017		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	10.764,44	0,00	0,00	5.794,91	0,00	0,00	7.688,22
Produtos acabados e intermédios	7.500,00		0,00	9.000,00		0,00	9.500,00
Activos Biológicos	4500,00		0,00	5.500,00		0,00	8.550,00
<b>Total</b>	<b>22.764,44</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.294,91</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>25.738,22</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				95.934,61			99.079,10
Variações nos inventários da produção				2.500,00			2.770,00

**10 Rédito**

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotas de utilizadores	761.515,44	718.479,46
Juros	1.216,85	0,00
<b>Total</b>	<b>762.732,29</b>	<b>718.479,46</b>

**11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

Não aplicável neste exercício.

**12 Subsídios do Governo e apoios do Governo**

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2017	2016
<b>Subsídios do Governo</b>		
Comparticipação CRSS	519.813,06	512.430,88
IEFP	40.589,05	27.197,32
POHP		
Expl.Agrícola (IFAP)	3.650,46	6.065,33
Protocolo Municipio do Sardoal	16.800,00	16.800,00
<b>Total</b>	<b>580.852,57</b>	<b>562.493,53</b>

**13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio**

Não aplicável neste exercício.

**14 Imposto sobre o Rendimento**

Não aplicável, à SCMS têm isenção definitiva.

**15 Benefícios dos empregados**

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 foi de "113" e em 31/12/2016 foi de "108".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	1.201.606,65	1.107.032,29
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	218.293,79	201.327,84
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	8.886,44	7.021,45

Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	11.202,68	20.930,85
<b>Total</b>	<b>1.439.989,56</b>	<b>1.336.312,43</b>

## 16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2017	2016
<b>Investimentos em subsidiárias</b>	<b>6.733,77</b>	<b>6.733,77</b>
Método de Equivalência Patrimonial	6.733,77	6.733,77
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos em associadas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos em entidades conjuntamente controladas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos noutras empresas</b>	<b>800,00</b>	<b>300,00</b>
<b>Outros investimentos financeiros</b>	<b>17.200,16</b>	<b>14.989,23</b>
<b>Perdas por Imparidade Acumuladas</b>	<b>-6.733,77</b>	<b>-6.733,77</b>
<b>Total</b>	<b>18.000,16</b>	<b>15.289,23</b>

### 17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Não aplicável neste exercício.

### 17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Utentes c/c</b>		
Utentes	138.252,23	104.357,32
<b>Utentes cobrança duvidosa</b>		
Utentes	228.098,45	229.234,41
<b>Total</b>	<b>366.350,68</b>	<b>333.591,43</b>

Nos períodos de 2017 e 2016 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2017	2016
Utentes	6.312,22	7.897,40
<b>Total</b>	<b>6.312,22</b>	<b>7.897,40</b>

#### 17.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Adiantamentos ao pessoal	291,38	452,76
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	9.855,81	6.215,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores		140,30
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>10.147,19</b>	<b>6.808,06</b>

#### 17.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Seguros	1.599,26	4.529,90
Custos diferidos OBS no inventário	11.311,44	9.272,78
Material de escritório	403,86	667,28
Outros Fluidos	2.252,39	
Aluguer de equipamentos	345,27	311,10
<b>Total</b>	<b>15.912,22</b>	<b>14.781,06</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
Rendas	1.370,19	10.943,60
<b>Total</b>	<b>1.370,19</b>	<b>10.943,60</b>

#### 17.6 Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2016	2015
Certificados de Aforro	2.493,99	2.493,99
<b>Total</b>	<b>2.493,99</b>	<b>2.493,99</b>

#### 17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	0,00	0,00
Depósitos à ordem	30.334,22	4.557,76
Depósitos a prazo	600.000,00	8.497,44
Outros		
<b>Total</b>	<b>630.334,22</b>	<b>13.055,20</b>

### 17.8 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	225.937,34	0,00	0,00	225.937,34
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	32.959,68	0,00	0,00	32.959,68
Resultados transitados	-484.702,13	55.989,03	0,00	-428.713,10
Excedentes de revalorização	847.930,00	0,00	0,00	847.930,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.943.287,66	0,00	-17.077,90	1.926.209,76
<b>Total</b>	<b>2.565.412,55</b>	<b>55.989,03</b>	<b>-17.077,90</b>	<b>2.604.323,68</b>

### 17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	186.245,94	180.706,43
<b>Total</b>	<b>186.245,94</b>	<b>180.706,43</b>

### 17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	8.511,11	15.722,55
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>8.511,11</b>	<b>15.722,55</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	6.149,38	7.743,00
Segurança Social	39.793,14	38.458,42
Outros Impostos e Taxas	255,38	230,76
<b>Total</b>	<b>46.197,90</b>	<b>46.432,18</b>

### 17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>				
Remunerações a pagar		49.294,27		50.174,55
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
<b>Fornecedores de Investimentos</b>		<b>500,00</b>		<b>500,00</b>
<b>Credores por acréscimo de gastos</b>		<b>209.805,66</b>		<b>201.446,02</b>
<b>Outros credores</b>		<b>206.941,97</b>		<b>98.931,49</b>
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>466.541,90</b>	<b>0,00</b>	<b>351.052,06</b>

### 17.12 Outros Passivos Financeiros

Os "Outros passivos financeiros" em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são os seguintes:

Descrição	2017	2016
Adiantamento de utentes	3.610,66	3.184,89
<b>Total</b>	<b>3.610,66</b>	<b>3.184,89</b>

### 17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos	560.402,11	539.628,20
Subsídios de outras entidades	20.450,46	22.865,33
<b>Total</b>	<b>580.852,57</b>	<b>562.493,53</b>

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

### 17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	71.052,39	64.905,73
Materiais	10.072,01	14.443,28
Energia e fluidos	118.754,09	114.353,73
Deslocações, estadas e transportes	185,61	51,40
Serviços diversos	108.340,23	104.559,72
<b>Total</b>	<b>308.404,33</b>	<b>298.313,86</b>

### 17.15 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	5.298,63	4.446,10
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.626,98	1.821,80
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	289.483,84
Rendimentos em investimentos não financeiros	929.961,75	307.116,43
Outros rendimentos	34.199,90	20.398,52
<b>Total</b>	<b>971.087,26</b>	<b>623.266,69</b>

### 17.16 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	1.841,50	244,40
Gastos em investimentos não financeiros	233,35	0,00
Outros Gastos	6.517,90	49.206,01
<b>Total</b>	<b>8.592,75</b>	<b>49.450,41</b>

### 17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	12.170,58	20.571,08
<b>Total</b>	<b>12.170,58</b>	<b>20.571,08</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	1.216,85	0,00
Outros Rendimentos similares	39.788,54	28.290,79
<b>Total</b>	<b>41.005,39</b>	<b>28.290,79</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>28.834,81</b>	<b>7.719,71</b>

### 17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho Administrativo em 2 de Março de 2018.

Sardoal, 2 de Março de 2018.

O Contabilista Certificado

Santa Casa da Misericórdia de Sardoal  
Largo do Convento  
NIF:501157549

A Mesa Administrativa

*[Handwritten signatures of the administrative board members]*

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da “**Santa Casa da Misericórdia de Sardoal**”, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 4 038 milhares de euros e um total de fundos patrimoniais de 3 020 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 416 milhares de euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa e a demonstração das alterações no fundo patrimonial, relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na seção “Bases para opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

#### Bases para a opinião com reservas

Devido ao facto de termos sido nomeados no decorrer do corrente ano, não nos foi possível assistir à contagem física dos inventários realizada a 31/12/2017. Nestes termos não nos podemos pronunciar, quer sobre o Custo das Mercadorias Consumidas, quer sobre o saldo da conta de Existências.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

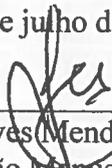
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Entroncamento, 31 de julho de 2018



---

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda  
Representada por João Manuel Rosa Lopes (ROC n° 1 029)